

RESENHA

ZUIDERHOEK, Arjan. *The Politics of Munificence in the Roman Empire: Cities, Elites and Benefactors in Asia Minor*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009. Pp. xvii, 186. ISBN: 978-0-511-51791-4.

Fábio Augusto Morales¹

Façamos um exercício de especulação evergética. Digamos que a reforma do estádio do Maracanã para a Copa de 2014 fosse feita não com recursos públicos, mas sim fosse uma doação de um único indivíduo, digamos, do homem mais rico do Brasil. Segundo a revista Forbes, tal personagem teve sua fortuna avaliada em cerca de 50 bilhões de reais no ano de 2011, mantendo a 8ª posição no ranking mundial de bilionários.² Qual seria o peso da doação na renda de nosso hipotético evergeta?

A reforma do Maracanã teve seu custo estimado pela construtora, ainda antes do início das obras (dezembro de 2009), em quase 706 milhões de reais.³ A reforma, que começou em agosto de 2010, tinha previsão de entrega para dezembro de 2012. Com otimismo, digamos que o custo final não ultrapasse a cifra de 1 bilhão de reais, assim como não ocorram atrasos para a entrega. Isso significaria que a reforma duraria 30 meses, com gasto médio anual de cerca de 400 milhões de reais.

Voltemos à especulação, ou, em outras palavras, ao nosso evergeta. Com uma fortuna de 50 bilhões de reais, ele obteria, com uma taxa de lucro girando em torno de modestos 2% ao ano, uma renda anual de cerca de 1 bilhão de reais. Considerando os gastos anuais da reforma do Maracanã, praticando o ato evergético ele deixaria de lucrar cerca de 40%, ou seja, quase metade de sua renda anual. Em outro cenário, muito mais pessimista, digamos que o lucro fosse igual a zero, e nosso evergeta efetivamente fosse obrigado a gastar parte de sua fortuna com a obra. Neste caso, o custeio total da reforma do Maracanã lhe tornaria 2% mais pobre.

¹ Professor de História Antiga da PUC-Campinas; doutorando em História Social pela Universidade de São Paulo.

² Dados em: <<http://www.forbes.com/profile/eike-batista/>>, acessados em fevereiro de 2012.

³ Dados em <<http://www.odebrechtnacopa.com.br/maracana>>, acessados em fevereiro de 2012.

Do ponto de vista estritamente econômico, tal doação traria apenas prejuízo. No entanto, haveria benefícios que compensariam as perdas com tal presente à população? Podemos imaginar a fama do doador, sua popularidade, a gratidão que todos os envolvidos nos eventos realizados no estádio reformado sentiriam para com nosso evergeta. De um ponto de vista psicológico, poderíamos dizer que em tal reconhecimento ele teria a certeza de ter praticado o bem à sua comunidade, mais do que seria normalmente requerido de um indivíduo: ele se sentiria feliz, satisfeito. Mas podemos pensar em outras consequências: sua popularidade poderia ser emprestada a empresas, ou mais efetivamente, a políticos em campanha; ele mesmo poderia se candidatar, e sua eleição a determinado cargo funcionaria como um “contra-dom”, uma retribuição da comunidade ao presente. Sua proximidade com o Estado, continuamos imaginando, dificilmente não ofereceria chances de maior enriquecimento, que, por sua vez, traria maiores possibilidades para repetir suas doações, maiores talvez, e o ciclo continuaria *ad infinitum*.

Tal situação é completamente surreal no Brasil do início do século XXI: dificilmente o país poderia contar com tais doações no planejamento de seus eventos esportivos. Mas este não seria o caso para as centenas de cidades da Ásia Menor entre os séculos I e III d. C., conforme as teses de Arjan Zuiderhoek (Universiteit Gent, Bélgica) em seu livro *The Politics of Munificence*, de 2009. Segundo o autor, elites extremamente ricas (e hierarquizadas) de sociedades extremamente desiguais (e politicamente oligárquicas) concorriam para definir quais indivíduos conseguiriam doar mais para suas cidades: edificações públicas, eventos religiosos e esportivos, doação de dinheiro e de grãos, manutenção de serviços públicos e diversos outros aspectos da vida pública seriam objeto do evergetismo das elites. E isso para quê? As elites doam para se manterem como elites, para legitimarem sua superioridade em relação à comunidade e em relação aos outros membros da elite.

A estrutura do livro é bastante clara: introdução, definindo o objeto e discutindo questões ligadas às fontes (capítulo 1); crítica historiográfica, pelo questionamento das teses que reduzem o evergetismo ao sustento das cidades (capítulos 2 e 3); descrição do contexto, pela proposição de um quadro social do evergetismo na Ásia Menor marcado pela concentração de renda e oligarquização da política (capítulo 4); interpretação dos dados, pela profunda

análise dos diferentes tipos de doações (capítulo 5); proposição de um novo modelo, a partir da noção de legitimidade pela troca doação/poder político (capítulo 6); e finalmente a conclusão, com considerações sobre o fim do evergetismo devido à cristianização da sociedade.

As teses de A. Zuiderhoek se contrapõem ao menos a duas interpretações: a psicologizante de Paul Veyne, no clássico *Le Pain et le Cirque* (1979), e a economicista, defendida por vários autores. A primeira tende a ver o evergetismo como uma espécie de satisfação psicológica da necessidade das elites contribuírem para suas comunidades; a segunda, via no evergetismo o motor da economia das pobres cidades da Ásia Menor submetidas aos extorsivos impostos do Império Romano. Para o autor, o evergetismo era normalmente de pouco custo (mais reformas que construções, mais decoração arquitetônica que aquedutos) e pesava muito pouco na renda das elites (em média 4% do rendimento anual). As cidades não necessitavam das doações para pagar suas contas e o fenômeno não era “desinteressado”, pelo contrário, era para reforçar o domínio das elites. A alternativa proposta é um modelo propriamente político para a análise do evergetismo, fortemente influenciado pela teoria do dom de Marcel Mauss (com a ressalva de que aqui a troca doação/poder político se dá dentro da estrutura estatal, ou seja, dentro da pólis). O evergetismo é visto como ritual político e ideológico que visa, por um lado, amenizar as tensões sociais oriundas da grande desigualdade econômica, e por outro legitimar a posição dirigente das elites dentro das comunidades cívicas.

A solução para se resolver o problema da delimitação do objeto (o que é e o que não é evergetismo) é simples: é evergetismo aquilo que era considerado pela comunidade como evergetismo, ou seja, aquilo que merecia receber um reconhecimento público, especialmente por meio de decretos honoríficos. Este tipo de registro epigráfico forma a base documental do estudo, o que poderia levar a uma circularidade: o autor define evergetismo como aquilo que é reconhecido como evergetismo, pois delimitou as fontes aos registros de reconhecimento. Na verdade, o autor faz essa escolha de acordo com seu modelo interpretativo: na medida em que o evergetismo é uma forma de conquistar legitimidade política para as elites, esta legitimidade tem que ser reconhecida pela comunidade para ser efetiva, daí os rituais públicos de reconhecimento. O

que o autor chama de evergetismo é, portanto, o conjunto de relações de produção de legitimidade da dominação das elites por meio de doações reconhecidas publicamente. Isto o faz não considerar evergetismo, por exemplo, o financiamento privado que acompanhava os cargos públicos (o que Veyne chamou de *evergetismo ob honorem*): este fenômeno só entra na análise quando é, por exemplo, digno de um decreto honorífico (geralmente por exceder a obrigação).

O núcleo desta abordagem política do evergetismo é, sem dúvida, a pólis, entendida seja como uma comunidade cívica, seja como Estado, seja como recipiente de uma determinada cultura. Segundo o autor, o evergetismo da época romana é resultado de um desenvolvimento aparentemente contraditório, mas que ganha estabilidade por meio de diversos mecanismos. O evergetismo está no centro de uma oposição entre os valores igualitários da pólis e uma sociedade dividida entre ricos e pobres. A solução evergética é reafirmar as hierarquias sociais agindo dentro da cultura cívica. Como todo cidadão, o evergeta deve contribuir para a prosperidade da cidade, mas, sendo mais rico que os demais, sua contribuição tem que ser maior. Ao contribuir mais, o evergeta, *kaloskagathos*, demonstra possuir os atributos morais e os recursos materiais para pertencer à classe dirigente, ou seja, à oligarquia. Concentração de renda, hierarquização da sociedade, oligarquização da política e evergetismo, são inseparáveis, no modelo do autor.

A ênfase do livro está na construção e aplicação de um modelo político ao fenômeno do evergetismo. A análise histórica de seu início e fim é marginal. Em alguns momentos, o autor menciona a intensificação da concentração de renda e oligarquização política em função da anexação da região à dominação romana já a partir do século II a. C., mas a análise se detém no período posterior a *Actium*. No epílogo, o autor, citando Peter Brown, descreve o fim do evergetismo em função da cristianização do Império e a consequente ascensão da caridade cristã, voltada aos pobres, e não necessariamente aos cidadãos. Quando a cidade não é mais a base da ação social, o evergetismo perde o sentido, o que explicaria (junto de decréscimos populacionais devido a pestes) a redução do número de doações na segunda metade do século III d. C.

Quanto à teoria e aos métodos de análise utilizados pelo autor, as aproximações com as abordagens modernizantes da economia e da política

antigas são marcantes, seja na nomenclatura, seja nas projeções estatísticas. Partindo da hipótese de que (1) 30 denários seriam suficientes para manter um romano por um ano inteiro e (2) a produção bruta das comunidades é igual ao dobro da subsistência de seus membros (segundo K. Hopkins), Zuiderhoek calcula: o produto interno bruto das cidades; o montante do rendimento médio das elites; o peso do evergetismo na renda das elites; a relação gastos/entradas no balanço das cidades; etc. Possíveis variações regionais, sociais e temporais do preço do trigo e do custo de vida das pessoas não são sequer mencionadas.

A relação com as fontes epigráficas, no entanto, é mais cuidadosa: sem tomar as informações presentes nas inscrições como dados, o autor problematiza como tais informações permitem superar as lacunas do registro epigráfico. Além disso, especialmente no que diz respeito à análise dos rituais político-ideológicos do evergetismo, as fontes epigráficas são consideradas também em sua materialidade, e não apenas como texto independente do suporte.

O modernismo do livro é contrabalançado pela referência recorrente ao núcleo do modelo explicativo: o papel da “comunidade cívica” como estruturante da cultura e das práticas evergéticas. Ainda que o “modelo de pólis” seja a democracia ateniense clássica (o autor não explica como esse modelo estruturava as cidades da Ásia Menor Romana, como se o modelo ateniense fosse uma essência presente em todo o Mediterrâneo Antigo), a discussão de Zuiderhoek introduz o papel central da pólis na produção das relações sociais, inclusive modelando a luta de classes.

Luta de classes: a grande ausência da análise clássica de P. Veyne⁴ é o conceito estruturante da análise de Zuiderhoek. Não que haja uma problematização profunda sobre a definição das classes ou suas relações. A elite se opõe ao resto dos cidadãos, e eventualmente aparece no cenário os não cidadãos. No entanto, mesmo que fundado numa oposição elite/não elite, a luta de classes aparece como o motor da história. O evergetismo se explica, antes de tudo, por um medo das elites com as latentes tensões sociais diante da desigualdade econômica e política. É o medo das elites que, dito diretamente,

⁴ Como destacaram J. Andreau, A. Schnapp e P. Schmitt-Pantel no comentário “Paul Veyne et l'évergétisme”, publicado em *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*, v. 33, n. 2, 1978, pp. 307-325.

produz as manifestações de prosperidade das cidades, ainda que tais manifestações mascarem (e reproduzam) a desigualdade.

O Brasil atual não sendo uma sociedade, digamos, igualitária, caberia a pergunta: por que as “nossas” elites não precisam do evergetismo para se legitimarem no poder? Ausência de um espírito cívico? Recurso rápido à violência estatal? Até o momento da escrita desta resenha, não se tem notícia de um membro da elite econômica brasileira doando milhões à comunidade cívica; pelo contrário, a ação policial para a expulsão de centenas de famílias que habitavam, irregularmente, terrenos pertencentes a um milionário falido é a norma.